

SUMÁRIO

TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	37		
1. Introdução	37		
2. Sistemas processuais penais	38		
2.1. Sistema inquisitorial	38		
2.2. Sistema acusatório	39		
2.3. Sistema misto ou francês	41		
3. Princípios fundamentais do processo penal	42		
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade)	43		
3.1.1. Noções introdutórias	43		
3.1.2. Da regra probatória (<i>in dubio pro reo</i>)	44		
3.1.3. Da regra de tratamento	45		
3.1.4. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena	46		
3.2.1. Contraditório para a prova e contraditório sobre a prova	54		
3.3. Princípio da ampla defesa	54		
3.3.1. Defesa técnica (processual ou específica)	55		
3.3.1.1. Defesa técnica necessária e irrenunciável	55		
3.3.1.2. Direito de escolha do defensor	57		
3.3.1.3. Defesa técnica plena e efetiva	58		
3.3.2. Autodefesa (material ou genérica)	59		
3.3.2.1. Direito de audiência	60		
3.3.2.2. Direito de presença	60		
3.3.2.3. Capacidade postulatória autônoma do acusado	62		
3.3.3. Ampla defesa no processo administrativo disciplinar e na execução penal	62		
3.4. Princípio da publicidade	63		
3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita	65		
3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta	67		
3.5. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real	67		
3.5.1. Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados	69		
3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	69		
3.7. Princípio do juiz natural	69		
3.8. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	70		
3.8.1. Noções introdutórias	70		
3.8.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo	70		
3.8.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo	71		
3.8.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo	73		
3.8.5. Bafômetro: a infração administrativa de embriaguez ao volante e a nova redação do crime de embriaguez ao volante (Lei nº 12.760/12)	79		
3.8.6. Consequências do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo	83		
3.8.7. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos	84		
3.9. Princípio da proporcionalidade	84		
3.9.1. Da adequação	87		
3.9.2. Da necessidade	87		
3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito	88		
4. Lei processual penal no espaço	89		
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional	89		
4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	90		
4.3. Processos da competência da Justiça Militar	91		
4.4. Processos da competência do tribunal especial	92		
4.5. Crimes de imprensa	92		
4.6. Crimes eleitorais	92		
4.7. Outras exceções	93		
5. Lei processual penal no tempo	94		
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo	96		
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição	97		
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento	98		
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal	98		
5.5. Normas processuais heterotópicas	99		
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal	100		
6. Interpretação da lei processual penal	100		

6.1. Interpretação extensiva.....	101	9.10. Reconstituição do fato delituoso	139
6.2. Analogia.....	102	9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos.....	139
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica	103	9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's).....	141
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal.....	103	10. Identificação criminal	144
TÍTULO 2 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....	107	10.1. Conceito	144
1. Conceito de inquérito policial	107	10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	145
2. Natureza jurídica do inquérito policial.....	107	10.3. Documentos atestadores da identificação civil	146
3. Finalidade do inquérito policial.....	108	10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal.....	147
4. Valor probatório do inquérito policial.....	109	10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	149
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial	110	11. Incomunicabilidade do indiciado preso	150
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa	110	11.1. Regime disciplinar diferenciado	151
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	112	12. Indiciamento	152
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal	114	12.1. Conceito	152
6. Características do inquérito policial	114	12.2. Momento	152
6.1. Procedimento escrito	114	12.3. Espécies.....	153
6.2. Procedimento dispensável	114	12.4. Pressupostos	153
6.3. Procedimento sigiloso	115	12.5. Desindiciamento.....	154
6.4. Procedimento inquisitorial.....	119	12.6. Atribuição	154
6.5. Procedimento discricionário	127	12.7. Sujeito passivo.....	154
6.6. Procedimento oficial	128	12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais	156
6.7. Procedimento oficioso	128	13. Conclusão do inquérito policial.....	156
6.8. Procedimento indisponível.....	128	13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial	156
6.9. Procedimento temporário.....	129	13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial	159
7. Formas de instauração do inquérito policial.....	129	13.2. Relatório da autoridade policial.....	159
7.1. Crimes de ação penal pública incondicionada.....	129	13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial	160
7.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	132	13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial	162
8. Notitia criminis	133	14. Arquivamento do inquérito policial	164
8.1. <i>Delatio criminis</i>	133	14.1. Fundamentos do arquivamento.....	165
8.2. <i>Notitia criminis</i> inqualificada.....	133	14.2. Coisa julgada na decisão de arquivamento.....	167
9. Diligências investigatórias	134	14.3. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas	169
9.1. Preservação do local do crime	134	14.4. Procedimento do arquivamento	171
9.2. Apreensão de objetos	135	14.4.1. Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual.....	171
9.3. Colheita de outras provas	135	14.4.2. Procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal.....	172
9.4. Oitiva do ofendido.....	136		
9.5. Oitiva do indiciado	137		
9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	137		
9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias	138		
9.8. Identificação do indiciado	138		
9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado	139		

14.4.3. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral.....	173	2. Características do direito de ação penal	210
14.4.4. Procedimento do arquivamento na Justiça Militar da União.....	174	3. Lide no processo penal.....	210
14.4.5. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República.....	176	4. Condições da ação penal.....	211
14.5. Arquivamento implícito.....	178	4.1. Condições genéricas da ação penal	214
14.6. Arquivamento indireto	178	4.1.1. À luz da teoria geral do processo....	214
14.7. Arquivamento em crimes de ação penal de iniciativa privada	179	4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido ..	214
14.8. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento	180	4.1.1.2. Legitimidade para agir.....	217
14.9. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente	180	4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal	218
15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do inquérito policial	181	4.1.1.3. Interesse de agir.....	220
16. Investigações diversas	182	4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir.....	221
16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares	182	4.1.1.4. Justa Causa	224
16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF).....	185	4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada	226
16.3. Inquérito Policial Militar.....	185	4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal	227
16.4. Investigação pelo Ministério Público.....	187	4.1.2.1. Prática de fato aparentemente criminoso.....	228
16.5. Inquérito civil	190	4.1.2.2. Punibilidade concreta.....	228
16.6. Termo circunstanciado	191	4.2. Condições específicas da ação penal	229
16.7. Investigação pela autoridade judiciária... ..	191	4.3. Condições da ação e condições de prossequibilidade (condição superveniente da ação).....	231
16.7.1. Inquérito judicial	191	4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	231
16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas	192	4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária	233
16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados	192	5. Classificação das ações penais	238
16.8. Investigação criminal defensiva.....	194	5.1. Classificação das ações penais condenatórias	239
16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17).....	195	6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada	241
17. Acordo de não-persecução penal.....	196	6.1. Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i> ..	241
17.1. Conceito e previsão normativa	196	6.2. Princípio do <i>ne bis in idem</i> (inadmissibilidade da persecução penal múltipla)	242
17.2. (In) constitucionalidade do art. 18 da Resolução n. 181 do CNMP	199	6.3. Princípio da intranscendência	244
17.3. Requisitos para a celebração do acordo de não-persecução penal.....	201	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública	245
17.4. Condições a serem impostas ao investigado	203	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada	249
17.5. Controle jurisdicional	205	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública	249
17.6. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado	206	6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima)	250
17.7. Cumprimento integral do acordo de não persecução penal	206	6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública	251
18. Controle externo da atividade policial	206	6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada	252
TÍTULO 3 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	209	6.10. Princípio da oficialidade.....	253
1. Direito de ação penal	209		

6.11. Princípio da autoritariedade	253	14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação	289
6.12. Princípio da oficiosidade	253	14.5. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 12.015/09)	290
6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal	254	14.5.1. Antes da Lei nº 12.015/09.....	290
7. Ação penal pública incondicionada.....	255	14.5.2. Depois da Lei nº 12.015/09.....	293
8. Ação penal pública condicionada.....	257	14.5.3. Direito intertemporal	294
8.1. Representação.....	258	14.6. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático.....	297
8.1.1. Natureza jurídica da representação	258	15. Peça acusatória	298
8.1.2. Desnecessidade de formalismo.....	258	15.1. Denúncia e queixa-crime.....	298
8.1.3. Destinatário da representação.....	259	15.2. Requisitos da peça acusatória.....	299
8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação	260	15.2.1. Exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias.....	299
8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação	262	15.2.2. Qualificação do acusado	302
8.1.6. Retratação da representação	264	15.2.3. Classificação do crime	303
8.1.6.1. Retratação da retratação da representação	265	15.2.4. Rol de testemunhas.....	304
8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha.....	265	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória.....	305
8.1.7. Eficácia objetiva da representação..	266	15.2.6. Redação em vernáculo	305
8.1.8. Representação no processo penal militar	267	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência	305
8.2. Requisição do Ministro da Justiça	267	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante	306
8.2.1. Requisição no processo penal militar	268	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas	306
9. Ação penal de iniciativa privada.....	269	15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória	308
9.1. Ação penal exclusivamente privada	270	16. Questões diversas	310
9.2. Ação penal privada personalíssima.....	270	16.1. Denúncia genérica e crimes societários..	310
9.3. Ação penal privada subsidiária da pública	271	16.1.1. Acusação geral e acusação genérica.....	312
9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada	274	16.2. Cumulação de imputações.....	313
9.4.1. Decadência	274	16.3. Imputação implícita.....	313
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa.....	277	16.4. Imputação alternativa	313
9.4.3. Perdão do ofendido.....	278	17. Aditamento à denúncia	316
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido.....	280	17.1. Espécies de aditamento	317
9.4.5. Perempção	280	17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio	317
9.5. Ação penal privada no processo penal militar	282	17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado.....	318
10. Ação penal popular	283	17.2. Interrupção da prescrição	319
11. Ação penal adesiva.....	283	17.3. Procedimento do aditamento	320
12. Ação de prevenção penal.....	284	17.4. Aditamento à queixa-crime.....	320
13. Ação penal secundária	284	18. Ação civil <i>ex delicto</i>	322
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	284	18.1. Noções introdutórias.....	322
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra....	284	18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal	322
14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada	287	18.3. Efeitos civis da absolvição penal	324
14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher....	288		

18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória.....	328	1.2.3. Quanto ao acusado	372
18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido.....	331	1.2.4. Quanto ao órgão jurisdicional competente	374
18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória	335	1.2.5. Quanto ao órgão jurisdicional <i>ad quem</i>	377
TÍTULO 4 • COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	337	1.2.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual.....	378
CAPÍTULO I – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	337	1.3. Crime militar.....	379
1. Jurisdição e competência	337	1.3.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.....	379
2. Princípio do juiz natural	338	1.3.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta	382
2.1. Lei processual que altera regras de competência.....	339	1.3.3. Dos crimes militares em tempo de paz.....	383
2.2. Convocação de Juizes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores.....	341	1.3.3.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar	383
3. Espécies de competência	343	1.3.3.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar	387
4. Competência absoluta e relativa.....	345	1.3.3.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar	388
4.1. Quanto à natureza do interesse	345	1.3.3.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	402
4.2. Quanto à arguição da incompetência	346	1.3.3.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis..	411
4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i>	349	1.3.4. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra	418
4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa	351	2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral	418
4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa	354	3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho	421
4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa.....	355	4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	422
5. Fixação da competência criminal	356	4.1. Considerações iniciais	422
6. Competência internacional	357	4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal	424
7. Tribunal Penal Internacional.....	359	4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV).....	424
CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	363	4.3.1. Crimes políticos.....	424
1. Competência Criminal da Justiça Militar.....	363	4.3.2. Crimes contra a União.....	425
1.1. Nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	363	4.3.3. Crimes contra autarquias federais ..	426
1.1.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural.....	366	4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	427
1.1.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal.....	367	4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais.....	429
1.1.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17	369	4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	429
1.2. Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados	370	4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	430
1.2.1. Quanto à competência criminal.....	370	4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias de serviço público federal.....	431
1.2.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	372	4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (funda-	

ções públicas federais) e das empresas públicas federais.....	432	4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI)	485
4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	438	4.11.1. Genocídio contra índios	487
4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar da União ..	439	4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	488
4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal	440	5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	490
4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal	442	6. Justiça Política ou Extraordinária	490
4.3.14. Tribunal do Júri Federal.....	443	CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	493
4.3.15. Crimes contra o meio ambiente....	444	1. Conceito	493
4.3.16. Crimes contra a fé pública.....	448	2. Regras básicas	494
4.3.17. Execução penal.....	455	2.1. Investigação e indiciamento de pessoas com foro por prerrogativa de função.....	494
4.3.18. Contravenções penais	456	2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	495
4.3.19. Atos infracionais.....	457	2.3. Duplo grau de jurisdição	495
4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16).....	457	2.4. Infração penal praticada antes do exercício funcional (regra da atualidade).....	495
4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	458	2.5. Crime cometido durante o exercício funcional (regra da contemporaneidade)	497
4.4.1. Tráfico internacional de drogas.....	460	2.6. Crime cometido após o exercício funcional	500
4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal.....	464	2.7. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade	500
4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	467	2.8. Local da infração	502
4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	470	2.9. Crime doloso contra a vida	502
4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	470	2.10. Hipóteses de concurso de agentes.....	503
4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	473	2.11. Constituições Estaduais e princípio da simetria	506
4.6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais	477	2.12. Exceção da verdade.....	508
4.7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII).....	479	2.13. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores.....	510
4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII)	480	2.14. Procedimento originário dos Tribunais ...	510
4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX)	481	3. Casuística.....	511
4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	484	3.1. Quanto à competência dos Tribunais.....	511
		3.1.1. Supremo Tribunal Federal	511
		3.1.2. Superior Tribunal de Justiça	513
		3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral.....	514
		3.1.4. Superior Tribunal Militar	515
		3.1.5. Tribunais Regionais Federais	515
		3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais.....	515
		3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	515
		3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	517
		3.1.9. Senado Federal.....	517
		3.1.10. Tribunal Especial.....	517
		3.1.11. Câmara Municipal	517
		3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	517

3.2.1. Presidente da República.....	517	CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO	546
3.2.2. Deputados federais e Senadores.....	518	1. Determinação do juízo competente.....	546
3.2.3. Ministros de Estado.....	519	2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	547
3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público	520	3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdi- ção para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas.....	553
3.2.5. Governador de Estado	521	3.1. Conceito legal de organizações crimino- sas.....	553
3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Fe- deral e membros dos Tribunais Regio- nais Federais.....	523	3.2. Formação do juízo colegiado em primei- ro grau	556
3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juízes Estaduais.....	523	4. Competência do Juízo da Execução Penal.....	561
3.2.8. Membros do Ministério Público da União.....	525	5. Competência por distribuição	565
3.2.9. Deputados Estaduais	526	6. Competência por prevenção	567
3.2.10. Prefeitos municipais	527	CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	570
3.2.11. Vereadores	529	1. Conexão e continência	570
4. Quadro sinóptico de competência por prerro- gativa de função	530	1.1. Introdução	570
CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA TERRITORIAL ..	532	1.2. Conexão.....	572
1. Introdução.....	532	1.3. Continência	574
2. Competência territorial pelo lugar da consu- mação da infração	532	1.4. Efeitos da conexão e da continência.....	575
3. Casuística.....	533	1.5. Foro prevalente	576
3.1. Quanto às espécies de infração penal	533	1.5.1. Competência prevalente do Tri- bunal do Júri.....	576
3.1.1. Crimes de mera conduta	533	1.5.2. Jurisdições distintas.....	577
3.1.2. Crimes formais	534	1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	577
3.1.3. Crimes materiais.....	534	1.5.2.2. Concurso entre órgãos de juris- dição superior e inferior.....	577
3.1.4. Crimes qualificados pelo resultado .	535	1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Fede- ral e a Estadual	578
3.1.5. Crimes permanentes	535	1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	578
3.1.6. Infrações em continuidade delitiva .	535	1.6. Separação de processos	579
3.1.7. Crimes plurilocais: princípio do esboço do resultado.....	535	1.6.1. Separação obrigatória dos pro- cessos	579
3.1.8. Crimes à distância ou de espaço máximo.....	536	1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar	579
3.1.9. Crimes cometidos no estrangeiro ...	537	1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.....	580
3.1.10. Infrações cometidas a bordo de embarcações ou aeronaves.....	538	1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	580
3.1.11. Infrações cometidas na divisa de duas ou mais comarcas	539	1.6.1.4. Citação por edital de um dos corrêus, seguida de seu não-compare- cimento e não-constituição de defensor ..	580
3.1.12. Crimes previstos na Lei de Im- prensa (ADPF nº 130).....	540	1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não- comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável	581
3.1.13. Crimes falimentares	541	1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri.....	581
3.1.14. Atos infracionais	541	1.6.1.7. Suspensão do processo em re- lação ao colaborador.....	581
3.2. Quanto aos crimes em espécie	541		
4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu	544		
5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral.....	545		

1.6.2. Separação facultativa de processos	582	2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	617
1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes	583	2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa	617
1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória.....	584	2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação	619
1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz repute conveniente a separação	584	2.5. Inversão do ônus da prova	620
1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência	585	3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	621
2. Prorrogação de competência	587	3.1. Iniciativa probatória do juiz na fase investigatória.....	622
3. Perpetuação de competência.....	588	3.2. Iniciativa probatória do juiz no curso do processo penal	623
TÍTULO 5 • PROVAS	591	4. Sistemas de avaliação da prova.....	625
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	591	4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.....	625
1. Terminologia da prova.....	591	4.2. Sistema da prova tarifada	626
1.1. Acepções da palavra prova.....	591	4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz)	627
1.2. Distinção entre prova e elementos informativos	592	5. Da prova ilegal.....	629
1.3. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas	593	5.1. Limitações ao direito à prova	629
1.4. Destinatários da prova	595	5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas.....	630
1.5. Elemento de prova e resultado da prova..	595	5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas.....	632
1.6. Finalidade da prova	596	5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada).....	634
1.7. Sujeitos da prova	596	5.3. Limitações à prova ilícita por derivação....	637
1.8. Forma da prova	596	5.3.1. Da teoria da fonte independente....	637
1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova	597	5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	638
1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	598	5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída).....	640
1.10. Prova direta e prova indireta.....	599	5.3.4. Exceção da boa-fé	641
1.11. Indício: prova indireta ou prova semi-plena.....	600	5.3.5. A teoria do risco	642
1.12. Suspeita	601	5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	643
1.13. Objeto da prova	602	5.3.7. Doutrina da visão aberta.....	643
1.14. Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova	606	5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade) e crime achado....	644
1.15. Prova emprestada	606	5.3.8. Limitação da renúncia do interessado	646
1.16. Prova nominada e prova inominada	610	5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	647
1.17. Prova típica e prova atípica	610	5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial.....	647
1.18. Prova anômala e prova irritual.....	611	5.4. Inutilização da prova ilícita.....	648
1.19. Critérios de decisão (standards probatórios)	612	5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	650
1.20. Cadeia de custódia das provas	613	5.5. Descontaminação do julgado	650
2. Ônus da prova	614	6. Princípios relativos à prova penal	651
2.1. Conceito	614	6.1. Princípio da proporcionalidade	651
2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito.	615	6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i>	651
2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo	615		

6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro societate.....	652	1.16. Exame pericial dos instrumentos do crime	678
6.2. Princípio da comunhão da prova	655	1.17. Exame pericial por meio de carta precatória	678
6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes	655	2. Interrogatório judicial.....	678
6.4. Princípio da oralidade	655	2.1. Conceito	678
6.4.1. Princípio da identidade física do juiz	656	2.2. Natureza jurídica	679
6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz.....	658	2.3. Momento para a realização do interrogatório	679
6.5. Princípio da liberdade probatória	659	2.4. Condução coercitiva	681
6.5.1. Liberdade probatória quanto ao momento da prova.....	660	2.5. Foro competente para a realização do interrogatório	684
6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	660	2.6. Ausência do interrogatório.....	684
6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova.....	660	2.7. Características do interrogatório.....	684
6.6. Princípio do favor rei.....	662	2.7.1. Ato personalíssimo.....	684
CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE	662	2.7.2. Ato contraditório	684
1. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	662	2.7.3. Ato assistido tecnicamente	686
1.1. Corpo de delito.....	662	2.7.4. Ato oral.....	687
1.2. Exame de corpo de delito e outras perícias	663	2.7.5. Ato individual	687
1.3. Laudo pericial	664	2.7.6. Ato bifásico.....	687
1.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	664	2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio.....	688
1.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	665	2.7.8. Liberdade de autodeterminação.....	689
1.3.3. Laudo pericial e contraditório.....	666	2.7.9. Ato público	690
1.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes	666	2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado.....	690
1.5. Exame de corpo de delito direto e indireto.....	667	2.8. Local da realização do interrogatório.....	691
1.5.1. Casuística.....	668	2.9. Nomeação de curador.....	692
1.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	671	2.10. Interrogatório por videoconferência.....	693
1.7. Peritos: oficiais e não oficiais	672	2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05	693
1.7.1. Número de peritos	673	2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09	694
1.8. Assistente técnico.....	674	2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência.....	695
1.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico.....	675	2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência	696
1.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais.....	676	2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento	696
1.11. Exame pericial de local de crime.....	677	2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor.....	697
1.12. Perícias de laboratório	677	2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência	697
1.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	677	3. Confissão	699
1.14. Exame pericial nos casos de incêndio.....	677	3.1. Conceito	699
1.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos	678	3.2. Classificação da confissão	699
		3.3. Características da confissão	700
		3.4. Valor probatório da confissão	700
		3.5. Circunstância atenuante da confissão.....	701
		4. Declarações do ofendido.....	701

5. Prova testemunhal	702	8. Prova documental	730
5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica.....	702	8.1. Conceito e espécies.....	730
5.2. Características da prova testemunhal	702	8.2. Produção da prova documental	731
5.3. Deveres das testemunhas	704	8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira.....	732
5.3.1. Dever de depor	704	8.4. Restituição de documentos.....	733
5.3.2. Dever de comparecimento.....	705	9. Índícios	733
5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade.....	708	10. Busca e apreensão	733
5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência	709	10.1. Conceito e natureza jurídica.....	733
5.4. Espécies de testemunhas	709	10.2. Iniciativa e decretação	734
5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano (depoimento especial).....	711	10.3. Objeto.....	735
5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas.....	712	10.4. Espécies de busca.....	736
5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas.....	712	10.4.1. Busca domiciliar	736
5.5.2. Intimação das testemunhas	713	10.4.1.1. Mandado de busca e apreensão	741
5.5.3. Substituição de testemunhas	714	10.4.1.2. Execução da busca domiciliar	742
5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas.....	714	10.4.1.3. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas.....	743
5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas.....	715	10.4.2. Busca pessoal	744
5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência	715	11. Interceptação telefônica.....	745
5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade.....	716	11.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	745
5.5.8. Qualificação da testemunha	716	11.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96..	746
5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha	717	11.3. Conceito de interceptação	748
5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto (direct-examination) e exame cruzado (cross-examination)	717	11.4. Interceptação e escuta ambiental.....	750
5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas.....	720	11.5. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	752
5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora.....	721	11.6. Comunicações telefônicas de qualquer natureza.....	756
5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto.....	723	11.6.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kyllo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos.	757
5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto.....	725	11.6.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead	758
6. Reconhecimento de pessoas e coisas	726	11.6.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz.....	758
6.1. Conceito e natureza jurídica.....	726	11.6.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kyllo	758
6.2. Procedimento.....	727	11.6.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos	759
6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	727	11.7. Quebra do sigilo de dados telefônicos....	761
7. Acareação.....	728	11.8. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	762
7.1. Conceito e natureza jurídica.....	728	11.9. Requisitos para a interceptação telefônica.....	764
7.2. Procedimento probatório.....	729		
7.3. Valor probatório	729		

11.9.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente)	765	13.10. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração.....	813
11.9.1.1. Da fundamentação da decisão...	768	13.11. Acordo de colaboração premiada	815
11.9.2. Índícios razoáveis de autoria ou participação.....	769	13.11.1. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada	817
11.9.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.....	770	13.11.2. Retratação do acordo.....	819
11.9.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo).....	771	13.11.2.1. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada	820
11.9.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação	772	13.11.3. Intervenção do juiz.....	821
11.10. Sigilo profissional do advogado.....	773	13.11.4. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada	825
11.11. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade).....	774	13.11.5. Publicidade do acordo de colaboração premiada	826
11.11.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente	776	14. Ação controlada	827
11.12. Procedimento.....	778	14.1. Conceito e previsão legal	827
11.13. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz.....	779	14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial.....	829
11.14. Segredo de justiça	780	14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido	831
11.15. Duração da interceptação	780	14.4. Entrega vigiada	832
11.16. Execução da interceptação telefônica... ..	782	15. Infiltração de agentes.....	833
11.17. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova.....	785	15.1. Conceito e previsão normativa	833
11.18. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça	786	15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia	835
11.19. Caso <i>Escher</i> e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos).....	786	15.2.1. (Im) possibilidade de infiltração de particulares	835
12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais	787	15.3. Requisitos para a infiltração.....	836
13. Colaboração premiada	793	15.4. Duração da infiltração	838
13.1. Origem e conceito	793	15.5. Agente infiltrado e agente provocador (<i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha)	839
13.2. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu). ..	794	15.6. Sustação da operação	841
13.3. Ética e moral.....	795	15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado.....	841
13.4. Direito ao silêncio.....	796	TÍTULO 6 • DAS MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL	843
13.5. Previsão normativa.....	797	CAPÍTULO I – DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	843
13.5.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99)	801	1. A tutela cautelar no processo penal	843
13.5.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13)	802	1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	845
13.6. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	804	2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	847
13.7. Eficácia objetiva da colaboração premiada.....	805	2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade).....	848
13.8. Prêmios legais	806	2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena)	848
13.9. Natureza jurídica da colaboração premiada.....	812	2.2.1. Da vedação da prisão <i>ex lege</i>	850

2.3. Da proporcionalidade.....	851	7.1. Presidente da República e Governadores de Estado.....	892
3. Pressupostos das medidas cautelares: fumus commissi delicti e periculum libertatis.....	856	7.2. Imunidade diplomática	893
4. Características das medidas cautelares.....	860	7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais	894
5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal.....	861	7.4. Magistrados e membros do Ministério Público.....	896
5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares	861	7.5. Advogados.....	897
5.2. Decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício	862	7.6. Menores de 18 anos.....	898
5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar.....	862	8. Prisão e emprego de força	898
5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	865	8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais)	899
5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares.....	866	9. Mandado de prisão	899
5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares.....	869	9.1. Cumprimento do mandado de prisão.....	902
5.7. Recursos cabíveis.....	872	9.2. Difusão vermelha (red notice)	907
5.7.1. Em favor da acusação.....	872	9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior.....	908
5.7.2. Em favor do acusado.....	873	9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil.....	908
5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal.....	874	10. Prisão Especial e separação de presos provisórios.....	909
5.9. Detração	875	10.1. Prisão de Índios.....	913
CAPÍTULO II – PRISÃO	877	11. Sala de Estado-Maior	914
1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	877	CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO	916
2. Espécies de prisão	877	1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	916
3. Prisão Extrapenal.....	878	2. Do respeito à integridade física e moral do preso.....	917
3.1. Prisão civil	878	2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia.....	918
3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel	878	2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas.....	921
3.1.2. Prisão do falido	880	2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.....	922
3.2. Prisão administrativa.....	881	2.3. Caso Damião Ximenes Lopes	923
3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação	882	3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público.....	923
3.3. Prisão militar	884	4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada	925
3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	884	5. Do direito ao silêncio (nemo tenetur se detegere)	926
3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	886	6. Da assistência de advogado ao preso	926
4. Prisão penal (<i>carcer ad poenam</i>)	888	7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial	928
5. Prisão Cautelar (<i>carcer ad custodiam</i>)	888	8. Do relaxamento da prisão ilegal.....	930
6. Momento da prisão.....	890	9. Audiência de custódia (ou de apresentação).....	932
6.1. Inviolabilidade do domicílio	890		
6.2. Conceito de dia	890		
6.3. Cláusula de reserva de jurisdição.....	891		
6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	891		
7. Imunidades prisionais	892		

CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE	936		
1. Conceito de prisão em flagrante	936		
2. Funções da prisão em flagrante	937		
3. Fases da prisão em flagrante.....	937		
4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito..	939		
5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	941		
5.1. Flagrante facultativo.....	941		
5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo.....	941		
6. Sujeito passivo do flagrante	942		
7. Espécies de flagrante.....	942		
7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro	942		
7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante	943		
7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado .	944		
7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador.....	945		
7.5. Flagrante esperado.....	945		
7.5.1. Venda simulada de droga.....	947		
7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada	948		
7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido.....	948		
8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes.....	948		
8.1. Prisão em flagrante em crime permanente	948		
8.2. Prisão em flagrante em crime habitual....	949		
8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	950		
8.4. Prisão em flagrante em crimes formais	951		
8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado)	951		
9. Flagrante e apresentação espontânea do agente.....	952		
10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito	952		
10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante	953		
10.2. Condutor e testemunhas.....	955		
10.3. Interrogatório do preso.....	956		
10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito	957		
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito	957		
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo)	958		
10.7. Recolhimento à prisão.....	959		
		10.8. Remessa do auto à autoridade competente.....	959
		10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	960
		10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o autuado não informar o nome de seu advogado.....	960
		10.11. Nota de culpa	960
		11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	960
		11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal	961
		11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária)	962
		11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão	965
		CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	967
		1. Conceito de prisão preventiva	967
		2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações	968
		3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal	969
		3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar	971
		4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva.....	971
		4.1. Decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício	971
		4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva.....	972
		5. Pressupostos	972
		5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	973
		5.2. <i>Periculum libertatis</i>	974
		5.2.1. Garantia da ordem pública.....	974
		5.2.2. Garantia da ordem econômica.....	979
		5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal ..	980
		5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal.....	982
		5.2.4. Conveniência da instrução criminal	983
		5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	984
		6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva.....	984
		6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	985
		6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal	986
		6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com	

deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.....	987	5. Prazo.....	1022
6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento	989	6. Direitos e garantias do preso temporário	1023
7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	991	CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL	1024
8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa.....	992	1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível ..	1024
8.1. Noções introdutórias.....	992	CAPÍTULO VIII – DA PRISÃO DOMICILIAR.....	1031
8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso	994	1. Da prisão domiciliar	1031
8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade.	997	1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova	1033
8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	997	1.2. Fiscalização da prisão domiciliar	1037
8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa..	999	1.3. Saídas controladas.....	1037
8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ	1000	1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva ..	1038
8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento	1001	1.5. Detração	1038
8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão	1002	CAPÍTULO IX – DAS MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO	1039
8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	1002	1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal	1039
8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena	1002	2. Comparecimento periódico em juízo	1040
8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	1003	3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1042
8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto	1003	4. Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	1043
9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	1004	5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País	1044
9.1. Fundamentação <i>per relationem</i>	1006	6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	1045
10. Revogação da prisão preventiva.....	1007	7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	1046
11. Apresentação espontânea do acusado	1007	8. Internação provisória	1051
12. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar	1008	9. Fiança	1054
CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	1009	10. Monitoração eletrônica.....	1055
1. Origem.....	1009	11. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial....	1058
2. Conceito de prisão temporária	1011	12. Poder geral de cautela no processo penal	1061
3. Requisitos	1011	CAPÍTULO X – DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1064
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações	1013	1. Conceito	1064
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado	1014	2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar	1067
3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	1015	2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória	1068
4. Do procedimento	1021	3. Espécies de liberdade provisória.....	1069
		4. Liberdade provisória sem fiança	1069
		4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1069

4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	1070	5.6. Obrigações processuais.....	1083
4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único)	1072	5.7. Incidentes relativos à fiança.....	1083
4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza	1074	5.7.1. Quebramento da fiança	1083
5. Liberdade provisória com fiança	1075	5.7.2. Fiança definitiva	1084
5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança	1075	5.7.3. Perda da fiança.....	1085
5.2. Momento para a concessão da fiança	1076	5.7.4. Cassação da fiança	1085
5.3. Concessão de fiança pela autoridade policial	1077	5.7.5. Reforço da fiança.....	1086
5.4. Valor da fiança.....	1078	5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança).....	1086
5.5. Infrações inafiançáveis	1078	5.7.7. Dispensa da fiança	1087
5.5.1. Infrações inafiançáveis que passaram a admitir fiança após a Lei nº 12.403/11	1079	5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança	1087
5.5.1.1. Crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada fosse superior a 2 (dois) anos (antiga redação do art. 323, I).....	1079	5.7.9. Destinação da fiança	1087
5.5.1.2. Contravenções tipificadas no art. 59 e no revogado art. 60 da Lei das Contravenções Penais (antiga redação do art. 323, II).....	1079	5.7.10. Execução da fiança	1088
5.5.1.3. Crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade, se o réu já tivesse sido condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado (antiga redação do art. 323, III)	1080	6. Liberdade provisória obrigatória	1088
5.5.1.4. Em qualquer caso, se houvesse no processo prova de ser o réu vadio (revogado inciso IV do art. 323).....	1080	7. Liberdade provisória proibida	1089
5.5.1.5. Crimes punidos com reclusão, que provocassem clamor público ou que tivessem sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça (revogado inciso V do art. 323)	1081	8. Liberdade provisória com vinculação.....	1098
5.5.1.6. Preso em gozo de suspensão condicional da pena ou de livramento condicional	1081	9. Liberdade provisória sem vinculação	1099
5.5.2. Racismo	1081	10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público	1099
5.5.3. Crimes hediondos, tráfico de drogas, terrorismo e tortura.....	1081	11. Liberdade provisória e recursos	1100
5.5.4. Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático	1081	12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar	1100
5.5.5. Anterior quebramento de fiança no mesmo processo ou descumprimento das obrigações dos arts. 327 e 328 do CPP	1082	13. Menagem	1103
5.5.6. Prisão civil ou militar.....	1082	TÍTULO 7 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	1105
5.5.7. Presença das hipóteses que autorizam a prisão preventiva.....	1083	1. Noções gerais	1105
		2. Questões prejudiciais	1105
		2.1 Conceito e natureza jurídica.....	1106
		2.2. Características	1107
		2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares.....	1108
		2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1108
		2.4.1. Quanto à Natureza	1109
		2.4.2. Quanto à competência.....	1111
		2.4.3. Quanto aos efeitos	1111
		2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada ...	1111
		2.5. Sistemas de Solução.....	1112
		2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas)	1113
		2.6.1. Pressupostos	1113
		2.6.2. Consequências	1115
		2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas)	1116
		2.7.1 Pressupostos	1116

2.7.2. Consequências	1118	3.8. Exceção de litispendência	1135
2.8. Recursos cabíveis.....	1119	3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência	1135
2.9. Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e sua influência no âmbito criminal.....	1119	3.8.2. Recursos cabíveis.....	1136
2.10. Princípio da suficiência da ação penal	1120	3.9. Exceção de coisa julgada	1136
3. Exceções	1120	3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1136
3.1. Conceito	1120	3.9.2. Coisa julgada formal e material	1136
3.2. Exceções ou objeções.....	1121	3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	1137
3.3. Classificação das exceções	1121	3.9.4. Limites da coisa julgada	1138
3.3.1. Quanto à natureza.....	1121	3.9.4.1. Limites objetivos	1138
3.3.2. Quanto aos efeitos	1122	3.9.4.2. Limites subjetivos.....	1140
3.3.3. Quanto à forma de processamento	1122	3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado	1140
3.4. Natureza Jurídica	1123	3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada	1141
3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade	1123	4. Conflito de competência	1141
3.5.1. Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e incompatibilidade)	1123	5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	1147
3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da suspeição.....	1123	6. Restituição de coisas apreendidas	1150
3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição.....	1124	6.1. Apreensão	1150
3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspeição pelo juiz excepto.....	1126	6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas	1153
3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspeição pelo Tribunal competente	1127	6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas	1155
3.5.1.5. Recursos cabíveis	1128	6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	1155
3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores.....	1128	6.3.1. Recursos cabíveis.....	1158
3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1128	7. Medidas assecuratórias.....	1159
3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes	1129	7.1. Noções introdutórias.....	1159
3.5.5. Suspeição dos jurados.....	1130	7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1160
3.5.6. Suspeição da autoridade policial	1130	7.1.2. Pressupostos	1160
3.6. Exceção de incompetência	1131	7.1.3. Contraditório prévio.....	1161
3.6.1. Incompetência absoluta e relativa ..	1131	7.2. Sequestro	1162
3.6.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz da incompetência absoluta e relativa.	1131	7.2.1. Procedimento.....	1164
3.6.3. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1131	7.2.2. Defesa.....	1166
3.6.4. Arguição da incompetência antes do início do processo	1132	7.2.3. Levantamento do sequestro	1171
3.6.5. Recursos cabíveis.....	1133	7.2.4. Destinação final do sequestro.....	1173
3.7. Exceção de ilegitimidade.....	1134	7.3. Especialização e registro da hipoteca legal.....	1174
3.7.1. <i>Ilegitimidade ad causam e ad processum</i>	1134	7.3.1. Momento	1177
3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	1134	7.3.2. Pressupostos	1177
3.7.3. Recursos cabíveis.....	1134	7.3.3. Legitimidade.....	1178
		7.3.4. Procedimento.....	1179
		7.3.5. Defesa.....	1181
		7.3.6. Finalização	1182
		7.4. Arresto prévio (ou preventivo).....	1183
		7.5. Arresto subsidiário de bens móveis	1184
		7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais ..	1187

7.6. Alienação antecipada	1188	5.1. Ofendido como querelante	1248
7.6.1. Momento	1189	5.2. Ofendido como assistente da acusação	1249
7.6.2. Pressupostos	1189	5.2.1. Natureza do interesse do assis-	1252
7.6.3. Legitimidade.....	1190	tente da acusação	
7.6.4. Procedimento.....	1191	5.2.2. Habilitação do ofendido como	1254
7.7. Ação civil de confisco	1192	assistente da acusação.....	
8. Incidente de falsidade	1194	5.2.3. Atribuições do assistente	1256
8.1. Noções gerais	1194	6. Acusado.....	1259
8.2. Procedimento do incidente de falsidade ..	1196	6.1. Capacidade do acusado.....	1259
8.3. Recurso adequado.....	1199	6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos	1259
8.4. Suspensão do processo principal.....	1199	6.1.2. Acusado inimputável.....	1260
8.5. Coisa julgada	1200	6.1.3. Pessoa jurídica.....	1260
9. Incidente de insanidade mental.....	1201	6.1.4. Animais, mortos e seres inanima-	1261
9.1. Instauração do incidente.....	1201	dos.....	
9.2. Procedimento.....	1203	6.1.5. Acusado certo e individualizado	1261
9.3. Conclusão do incidente de insanidade		6.1.6. Imunidade diplomática	1262
mental	1206	6.2. Autodefesa e presença do acusado	1263
9.3.1. Durante o processo judicial.....	1206	6.3. Contumácia do acusado	1264
9.3.2. Durante o curso do inquérito po-		6.4. Direitos do acusado.....	1264
licial	1211	7. Defensor.	1265
9.3.3. Durante a execução penal.....	1211	7.1. Espécies de defensor.....	1266
TÍTULO 8 • SUJEITOS DO PROCESSO.....	1215	7.1.1. Defensoria Pública.....	1268
1. Noções gerais	1215	7.2. Defesa técnica plena e efetiva	1270
2. Juiz.....	1215	7.3. Abandono do processo pelo defensor	1271
2.1. Capacidade para ser juiz	1216	7.4. Impedimento do defensor	1272
2.2. Escolha dos juízes.....	1216	8. Assistente da defesa.....	1272
2.3. Funções do juiz no processo penal	1218	TÍTULO 9 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS	
2.3.1. Funções de ordem jurisdicional	1218	PROCESSUAIS.....	1273
2.3.1.1. Gestão da prova pelo magistrado	1219	1. Noções gerais	1273
2.3.2. Funções de ordem administrativa...	1221	2. Citação.....	1273
2.3.3. Funções anômalas.....	1222	2.1. Efeitos da citação válida	1275
2.4. Garantias e vedações dos juízes.....	1222	2.2. Espécies de citação	1276
2.5. Imparcialidade do juiz	1223	3. Citação pessoal.....	1276
2.5.1. Impedimento.....	1223	3.1. Citação por mandado.....	1276
2.5.2. Suspeição	1227	3.2. Citação por carta precatória.....	1278
2.5.3. Incompatibilidade.....	1229	3.3. Citação do militar	1279
3. Partes.....	1230	3.4. Citação de funcionário público.....	1280
4. Ministério Público	1232	3.5. Citação de acusado preso	1280
4.1. (Im) parcialidade do Ministério Público	1233	3.6. Citação de acusado no estrangeiro	1281
4.2. Organização do Ministério Público.....	1235	3.7. Citação em legações estrangeiras	1282
4.3. Princípios institucionais do Ministério		3.8. Citação mediante carta de ordem.....	1283
Público.....	1239	4. Citação por edital	1283
4.3.1. Princípio do Promotor Natural	1241	4.1. Hipóteses que autorizam a citação por	1284
4.4. Garantias e vedações	1245	edital	
4.5. Impedimento e suspeição do órgão do		4.2. Suspensão do processo e da prescrição	1286
Ministério Público	1247	(art. 366 do CPP)	
4.6. Promotor <i>ad hoc</i>	1247	4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação	1287
5. Ofendido.....	1248	na Justiça Militar	

4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição	1288	4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória	1317
4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes	1289	4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória	1317
4.2.4. Prisão preventiva.....	1290	5. Citação do acusado	1318
4.2.5. Comparecimento do acusado	1291	6. Reação defensiva à peça acusatória.....	1318
4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais	1291	6.1. Extinta defesa prévia	1319
5. Citação por hora certa.....	1292	6.2. Defesa preliminar	1319
6. Intimação e notificação	1295	6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar	1320
6.1. Formas de intimação e notificação das partes	1295	6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar	1322
TÍTULO 10 • PROCESSO E PROCEDIMENTO	1301	6.2.3. Defesa preliminar e necessidade de apresentação concomitante da resposta à acusação	1323
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1301	6.3. Resposta à acusação	1325
1. Noções gerais	1301	6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação	1328
1.1. Procedimento e devido processo penal....	1302	7. Revelia	1329
1.2. Violação às regras procedimentais.....	1303	8. Possível oitiva da acusação	1331
2. Classificação do procedimento.....	1303	9. Absolvição sumária	1331
2.1. Classificação do procedimento comum	1304	9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal.....	1332
2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes	1306	9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum	1333
3. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos.....	1307	9.3. Inimputável do art. 26, caput, do CP	1333
4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão.....	1308	9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária.....	1334
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO	1309	9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri	1334
1. Oferecimento da peça acusatória	1309	9.6. Coisa julgada	1335
2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória	1309	9.7. Recurso adequado.....	1335
2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória	1310	10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo.....	1336
3. Rejeição da peça acusatória.....	1311	11. Designação da audiência.....	1337
3.1. Causas de rejeição.....	1311	12. Audiência una de instrução e julgamento.....	1339
3.1.1. Inépcia da peça acusatória.....	1311	12.1. Da instrução probatória em audiência....	1339
3.1.2. Falta de pressuposto processual	1312	12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	1339
3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal	1313	12.3. Diligências	1341
3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal	1314	12.4. Mutatio libelli: eventual necessidade de aditamento	1342
3.2. Rejeição parcial da peça acusatória	1314	12.5. Alegações orais.....	1342
3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória	1315	12.5.1. Conteúdo das alegações orais.....	1343
4. Recebimento da peça acusatória	1315	12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais	1344
4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória.....	1316	12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1345
		12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes.....	1345

12.6. Sentença.....	1347	7.1. Pressupostos	1377
12.7. Registro da audiência.....	1347	7.2. Natureza jurídica	1378
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM			
SUMÁRIO	1348	7.3. Regra probatória: in dubio pro societate (ou <i>in dubio pro reo</i>)	1379
1. Noções gerais	1348	7.4. Fundamentação e eloquência acusatória .	1380
2. Distinção entre o procedimento comum ordi- nário e o procedimento comum sumário	1348	7.5. Emendatio e mutatio libelli	1383
CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO ESPECIAL			
DO TRIBUNAL DO JÚRI	1349	7.6. Conteúdo da pronúncia.....	1384
1. Princípios constitucionais do júri	1349	7.7. Infrações conexas	1386
1.1. Plenitude de defesa.....	1350	7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes	1386
1.2. Sigilo das votações	1351	7.9. Efeitos da pronúncia.....	1386
1.2.1. Sala especial	1351	7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão.....	1388
1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados	1352	7.10. Intimação da pronúncia	1388
1.2.3. Votação unânime	1353	7.11. Recurso cabível.....	1390
1.3. Soberania dos veredictos	1353	8. Desaforamento.....	1391
1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri	1354	8.1. Legitimidade para o requerimento de desaforamento	1391
1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri.....	1355	8.2. Momento para o desaforamento.....	1392
1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	1355	8.3. Hipóteses que autorizam o desafora- mento	1392
2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1357	8.4. Aceleração de julgamento.....	1394
3. <i>Iudicium accusationis</i> (ou sumário da culpa)	1357	8.5. Crimes conexos e coautores.....	1394
3.1. Alegações orais.....	1361	8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado.....	1394
4. Impronúncia	1362	8.7. Efeito suspensivo.....	1395
4.1. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1363	8.8. Recursos	1395
4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória	1363	8.9. Reaforamento.....	1395
4.3. Infração conexa	1364	8.10. Competência para a execução provisória	1395
4.4. Despronúncia	1364	9. Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri.....	1395
4.5. Recurso cabível.....	1364	9.1. Ordenamento do processo.....	1397
5. Desclassificação do delito	1365	9.2. Ordem do julgamento	1398
5.1. Nova capitulação legal	1367	9.3. Habilitação do assistente do Ministério Público.....	1398
5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente	1367	10. Organização do Júri	1398
5.3. Infração conexa	1368	10.1. Requisitos para ser jurado.....	1399
5.4. Situação do acusado preso	1369	10.2. Recusa injustificada.....	1402
5.5. Recurso cabível.....	1369	10.3. Direitos dos jurados	1402
5.6. Conflito de competência	1370	10.4. Escusa de consciência	1403
6. Absolvição sumária	1372	11. Sessão de julgamento	1404
6.1. Inimputável do art. 26, caput, do CP	1373	11.1. Reunião periódica	1404
6.2. Juízo de certeza	1374	11.2. Ausências.....	1404
6.3. Infração conexa	1374	11.2.1. Ausência do órgão do Ministério Público.....	1404
6.4. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1375	11.2.2. Ausência do advogado de defesa..	1405
6.5. Recurso cabível.....	1375	11.2.3. Ausência do acusado solto.....	1406
6.5.1. Recurso de ofício.....	1376	11.2.4. Ausência do acusado preso.....	1407
7. Pronúncia	1377		

11.2.5. Ausência do advogado do assistente de acusação	1407	12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio.....	1444
11.2.6. Ausência do advogado do querelante	1407	13. Desclassificação.....	1444
11.2.7. Ausência de testemunhas	1408	13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	1446
11.2.8. Ausência do juiz presidente	1409	13.2. Desclassificação e crimes conexos	1447
11.3. Verificação da presença de, pelo menos, 15 jurados.....	1410	14. Sentença.....	1448
11.3.1. Empréstimo de jurados	1411	14.1. Sentença absolutória.....	1448
11.4. Suspeição, impedimento e incompatibilidade.....	1411	14.2. Sentença condenatória	1449
11.4.1. Dos jurados	1411	14.3. Ata	1449
11.4.2. Do juiz-presidente	1413	14.4. Atribuições do juiz presidente.....	1449
11.4.3. Do órgão do Ministério Público	1413	CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO.....	1450
11.5. Composição do Conselho de Sentença ...	1414	1. Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais	1450
11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) e estouro de urna.....	1414	2. Competência dos Juizados Especiais Criminais... ..	1453
11.5.2. Tomada do compromisso dos jurados.....	1416	2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo.....	1453
11.6. Instrução em plenário	1416	2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo.....	1455
11.6.1. Leitura de peças	1417	2.2. Excesso de acusação	1456
11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1419	2.3. Estatuto do Idoso	1457
11.6.2.1. Uso de algemas	1419	2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1457
11.7. Debates	1420	2.5. Crimes eleitorais.....	1458
11.7.1. Réplica e tréplica	1422	2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95	1458
11.7.1.1. Inovação na tréplica	1423	2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar	1459
11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário	1424	2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo	1460
11.7.3. Argumento de autoridade.....	1426	2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados	1461
11.7.4. Direito ao aparte	1427	2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa	1463
11.7.5. Sociedade indefesa	1427	2.11. Competência territorial.....	1464
11.7.6. Acusado indefeso	1428	2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes	1464
11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença	1430	3. Termo Circunstanciado.....	1465
12. Quesitação.....	1431	4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo	1467
12.1. Leitura dos quesitos	1432	4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica.....	1468
12.2. Votação.....	1434	5. Fase preliminar dos Juizados.....	1469
12.3. Ordem dos quesitos	1435	5.1. Composição dos danos civis.....	1469
3.1) Tentativa: Tício, assim agindo, deu início à execução de um crime de homicídio que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, consistente na imediata intervenção de policiais que passavam pelo local?	1436	5.2. Oferecimento de representação	1471
3.2) Desclassificação para infanticídio: Tícia agiu sob a influência do estado puerperal, matando o próprio filho durante ou logo após o parto?	1437	5.3. Transação penal.....	1472
12.4. Questões diversas	1441	5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal.....	1472
12.4.1. Absolvição imprópria	1441		
12.4.2. Falso testemunho em plenário	1441		
12.4.3. Agravantes e atenuantes.....	1442		

5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	1475	9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais	1509
5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal	1477	10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1510
5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1477	TÍTULO 11 • SENTENÇA PENAL.....	1513
5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1479	1. Atos processuais do juiz	1513
5.3.6. Recurso.....	1482	2. Classificação dos provimentos judiciais	1513
6. Análise do procedimento comum sumaríssimo..	1482	2.1. Despachos de mero expediente.....	1513
6.1. Oferecimento da peça acusatória	1483	2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas)	1514
6.2. Defesa Preliminar	1485	2.3. Decisões definitivas.....	1515
6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1485	2.4. Sentença.....	1515
6.4. Citação do acusado	1486	2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas.....	1516
6.5. Resposta à acusação	1487	2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais.....	1516
6.6. Possibilidade de absolvição sumária	1488	2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1517
6.7. Audiência de instrução e julgamento.....	1488	2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas	1517
7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais	1489	2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas	1517
7.1. Apelação nos Juizados.....	1490	3. Estrutura e requisitos da sentença.....	1518
7.2. Embargos de declaração nos Juizados	1492	3.1. Relatório	1518
7.3. Recurso Extraordinário.....	1492	3.2. Fundamentação.....	1519
7.4. Recurso Especial.....	1493	3.2.1. Fundamentação per relationem.....	1523
7.5. Habeas corpus.....	1493	3.3. Dispositivo	1524
7.6. Mandado de segurança.....	1493	3.4. Autenticação	1525
7.7. Revisão criminal	1494	4. Sentença absolutória.....	1525
8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1494	4.1. Espécies de sentença absolutória	1525
9. Suspensão condicional do processo.....	1495	4.2. Presunção de inocência e regra probatória	1526
9.1. Conceito e natureza jurídica.....	1495	4.3. Fundamentos	1527
9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo	1496	4.4. Efeitos decorrentes da sentença absolutória.....	1528
9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada	1499	4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade.....	1528
9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo.....	1500	4.4.2. Efeitos secundários.....	1528
9.5. Momento para a aceitação da proposta... ..	1501	5. Sentença condenatória	1529
9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1501	5.1. Fixação da pena.....	1529
9.6. Aceitação da proposta.....	1502	5.1.1. Fixação da pena-base	1533
9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1504	5.1.2. Fixação da pena provisória.....	1537
9.8. Condições da suspensão condicional do processo	1505	5.1.3. Fixação da pena definitiva.....	1539
9.9. Revogação da suspensão condicional do processo	1507	5.1.4. Fixação do regime penitenciário	1541
9.9.1. Revogação obrigatória.....	1507	5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12) .	1543
9.9.2. Revogação facultativa.....	1508		
9.10. Extinção da punibilidade	1508		

5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	1545	7.3.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo	1590
5.1.6. Fixação da pena de multa	1548	7.3.3. Mudança de competência.....	1591
5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória.....	1549	7.3.4. Mudança da espécie de ação penal	1592
5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória	1551	7.4. <i>Emendatio e mutatio libelli</i> no processo penal militar	1594
5.3.1. Efeitos penais	1551	TÍTULO 12 • NULIDADES.....	1597
5.3.2. Efeitos extrapenais	1552	1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade	1597
5.3.2.1. Efeitos extrapenais obrigatórios.....	1552	2. Espécies de irregularidades.....	1599
5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos.....	1555	3. Espécies de atos processuais	1599
5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação.....	1562	4. Nulidade	1601
6. Publicação da sentença	1563	4.1. Espécies de nulidades	1601
6.1. Esgotamento da instância	1564	4.1.1. Nulidade absoluta	1602
6.2. Intimação da sentença	1565	4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas	1604
7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	1567	4.1.2. Nulidade relativa	1604
7.1. <i>Emendatio libelli</i>	1568	4.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas..	1605
7.1.1. Momento da <i>emendatio libelli</i>	1570	4.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas	1606
7.1.2. <i>Emendatio libelli</i> e necessidade de oitiva das partes.....	1572	4.1.3. Anulabilidades.....	1610
7.1.3. <i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1574	4.2. Reconhecimento das nulidades	1610
7.1.4. <i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância.....	1574	4.2.1. Na primeira instância	1610
7.2. <i>Mutatio libelli</i>	1576	4.2.2. Na segunda instância	1611
7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória.....	1577	5. Princípios referentes às nulidades	1612
7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1578	5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1612
7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do quantum de pena cominado à imputação diversa	1579	5.2. Princípio do prejuízo	1612
7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, <i>caput</i>) e provocado (CPP, art. 384, § 1º).....	1580	5.3. Princípio da instrumentalidade das formas.....	1614
7.2.5. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	1583	5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais	1615
7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória.....	1584	5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia.....	1615
7.2.7. <i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal.....	1584	5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo)	1616
7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária	1586	5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade).....	1618
7.2.9. <i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância	1587	5.8. Princípio do interesse.....	1618
7.3. Disposições comuns à <i>emendatio e mutatio libelli</i>	1589	5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé).....	1619
7.3.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal.....	1589	5.10. Princípio da convalidação.....	1620
		6. Nulidades em espécie	1622
		6.1. Incompetência.....	1622
		6.2. Suspeição	1623
		6.3. Suborno do juiz	1623
		6.4. Ilegitimidade de parte.....	1624
		6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça	1625
		6.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	1625
		6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos...	1627

6.8. Não intervenção do Ministério Público.....	1629	3.13. Princípio da colegialidade	1675
6.9. Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa	1630	4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação)	1676
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri	1632	5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1679
6.11. Falta da sentença	1639	5.1. Cabimento	1679
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.....	1641	5.2. Adequação	1679
6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso.....	1641	5.3. Tempestividade	1680
6.14. Falta do quorum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais .	1644	5.3.1. Início do prazo recursal	1681
6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	1645	5.3.2. Prazo recursal para a defesa	1682
7. Nulidades no inquérito policial	1645	5.3.3. Início do prazo recursal para o Ministério Público	1684
TÍTULO 13 • RECURSOS	1647	5.3.4. Prazos recursais diversos.....	1684
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS ..	1647	5.3.5. Prazo em dobro	1686
1. Conceito e características.....	1647	5.3.6. Férias forenses	1687
2. Natureza jurídica dos recursos	1648	5.3.7. Interposição de recursos via fax.....	1687
3. Princípios	1648	5.3.8. Utilização de meios eletrônicos	1688
3.1. Duplo grau de jurisdição	1648	5.4. Inexistência de fato impeditivo	1688
3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1650	5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer	1689
3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1654	5.4.2. Preclusão	1689
3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1657	5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1690
3.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	1657	5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso)	1690
3.4. Princípio da fungibilidade.....	1658	5.5.1. Desistência	1690
3.5. Princípio da convolução	1660	5.5.2. Deserção.....	1692
3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos .	1660	5.5.2.1. Deserção por falta de preparo	1692
3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária)	1661	5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado.....	1693
3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos.	1663	5.6. Regularidade formal.....	1694
3.8. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodrômico da sentença).....	1663	6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1695
3.8.1. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta	1666	6.1. Legitimidade recursal	1695
3.8.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta	1667	6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação.....	1697
3.8.3. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e soberania dos veredictos	1668	6.2. Interesse recursal	1701
3.9. Princípio da <i>reformatio in mellius</i>	1670	6.2.1 Classificação da sucumbência	1701
3.10. Princípio da dialeticidade.....	1671	6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa	1702
3.10.1 Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público.....	1673	6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito ...	1702
3.11. Princípio da complementariedade	1674	6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor..	1703
3.12. Princípio da variabilidade.....	1674	6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público	1703
		7. Efeitos dos recursos.....	1704
		7.1. Efeito obstativo	1704
		7.2. Efeito devolutivo	1704
		7.3. Efeito suspensivo.....	1707
		7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1708

7.5. Efeito extensivo	1708	1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor	1730
7.6. Efeito substitutivo	1709	1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas.....	1730
7.7. Efeito translativo	1710	1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade	1731
7.8. Efeito dilatatório-procedimental	1710	1.3.17. Incidentes da execução da pena ...	1731
8. Direito intertemporal e recursos.....	1710	1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples	1731
9. Classificação dos recursos	1712	1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito	1732
9.1. Quanto à obrigatoriedade.....	1712	1.4.1. Forma	1732
9.2. Quanto à fundamentação	1713	1.4.2. Prazo.....	1733
9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada.....	1714	1.4.3. Processamento.....	1733
9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1714	1.4.4. Competência para o julgamento	1734
9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1715	1.5. Efeitos.....	1734
CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE	1715	2. Apelação.....	1736
1. Recurso em sentido estrito	1715	2.1. Noções gerais	1736
1.1. Interpretação extensiva.....	1716	2.2. Espécies.....	1737
1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito.....	1717	2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita)	1737
1.3. Hipóteses de cabimento.....	1717	2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva)	1738
1.3.1. Não recebimento da peça acusatória.....	1718	2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária	1738
1.3.2. Incompetência do juízo	1720	2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental)	1739
1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição.....	1721	2.3. Hipóteses de cabimento.....	1740
1.3.4. Pronúncia do acusado	1721	2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.....	1740
1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1722	2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito	1740
1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.....	1724	2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri	1741
1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade	1725	2.4. Aspectos procedimentais da apelação.....	1748
1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.....	1726	2.4.1. Forma	1748
1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo	1727	2.4.2. Prazo.....	1749
1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1727	2.4.3. Processamento.....	1749
1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1728	2.4.4. Competência para o julgamento.....	1750
1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	1729	2.5. Efeitos.....	1750
1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1729	3. Protesto por novo júri	1752
		3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08.....	1752
		3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri.....	1752
		4. Embargos infringentes e de nulidade.....	1756
		4.1. Hipóteses de cabimento.....	1757

4.2. Prazo e interposição.....	1758	4.2. Estado de Sítio.....	1782
4.3. Competência para seu julgamento	1758	4.3. Prisão administrativa.....	1782
4.4. Efeitos.....	1758	5. Legitimação ativa.....	1783
4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários.....	1760	5.1. Distinção entre impetrante e paciente	1783
5. Embargos de Declaração	1761	5.2. Legitimação ampla e irrestrita	1783
5.1. Hipóteses de cabimento.....	1761	5.3. Pessoa jurídica.....	1784
5.2. Prazo.....	1762	5.4. Ministério Público	1785
5.3. Procedimento.....	1762	5.5. Outras autoridades.....	1786
5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais.....	1762	6. Legitimação passiva.....	1786
6. Agravo em execução	1763	6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor	1786
6.1. Hipóteses de cabimento.....	1763	6.2. Ministério Público como autoridade coatora	1787
6.2. Procedimento.....	1764	6.3. Particular como coator.....	1787
6.3. Prazo.....	1765	6.4. Outras autoridades.....	1788
6.4. Efeitos.....	1765	7. Espécies de habeas corpus: liberatório, preventivo, profilático e trancativo	1788
7. Carta testemunhável	1766	8. Hipóteses de impetração do habeas corpus.....	1789
7.1. Hipóteses de cabimento.....	1766	8.1. Ausência de justa causa	1790
7.2. Prazo.....	1767	8.1.1. Falta de justa causa para a prisão ...	1791
7.3. Procedimento.....	1767	8.1.2. Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares.....	1791
7.4. Efeitos.....	1767	8.1.3. Falta de justa causa e trancamento do processo penal.....	1793
8. Correição parcial	1768	8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei.....	1794
8.1. Hipóteses de cabimento.....	1768	8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal ...	1794
8.2. Natureza jurídica	1769	8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária.....	1794
8.3. Legitimidade.....	1770	8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva.....	1795
8.4. Prazo.....	1770	8.3. Coação ordenada por autoridade incompetente	1795
TÍTULO 14 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	1771	8.4. Cessaçãõ do motivo que autorizou a coaçãõ	1796
CAPÍTULO I – HABEAS CORPUS	1771	8.5. Não admissãõ de prestaçãõ de fiança	1797
1. Noções Gerais.....	1771	8.6. Processo manifestamente nulo.....	1800
2. Natureza jurídica	1771	8.7. Extinçãõ da punibilidade	1801
3. Interesse de agir na açãõ de habeas corpus	1773	9. Competência	1801
3.1. Necessidade da tutela: violênciã ou coaçãõ decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.....	1773	9.1. Competência do Supremo Tribunal Federal	1803
3.2. Adequaçãõ: tutela da liberdade de locomoçãõ e a antiga doutrina brasileira do habeas corpus	1774	9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	1805
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do habeas corpus.....	1775	9.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais	1805
3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do habeas corpus por falta de adequaçãõ	1776	9.4. Competência dos Tribunais de Justiça	1806
3.2.2.1. <i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário	1780	9.5. Competência da Justiça Militar	1806
4. Possibilidade jurídica do pedido	1781	9.6. Competência das Turmas Recursais	1808
4.1. Cabimento do habeas corpus em relaçãõ a punições disciplinares militares.....	1781	9.7. Competência da Justiça do Trabalho.....	1808

9.9. Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do <i>habeas corpus</i>	1810	6.3.5. Juizados Especiais Criminais.....	1829
10. Procedimento	1811	6.3.6. Transação penal.....	1829
10.1. Capacidade postulatória.....	1811	6.3.7. Impeachment	1829
10.2. Petição inicial	1811	7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal....	1830
10.3. Dilação probatória.....	1812	7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal	1830
10.4. Medida liminar	1813	7.2. Contrariedade à evidência dos autos	1832
10.4.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i>	1814	7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1832
10.5. Apresentação do preso e requisição de informações.....	1815	7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado.....	1833
10.6. Efeito extensivo da ordem de <i>habeas corpus</i>	1815	7.5. Nulidade do processo	1835
10.7. Intervenção das partes.....	1815	8. Aspectos procedimentais da revisão criminal ..	1836
10.8. Recursos contra as decisões em <i>habeas corpus</i>	1817	8.1. Capacidade postulatória	1836
10.9. Coisa julgada	1819	8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão	1837
CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	1820	8.3. Inexistência de prazo decadencial	1837
1. Noções gerais	1820	8.4. Competência.....	1837
2. Conceito	1820	8.5. Procedimento	1839
3. Natureza jurídica	1821	8.6. Efeito suspensivo	1840
4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória.....	1822	8.7. Ônus da prova.....	1841
5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório.....	1822	8.8. <i>Non reformatio in pejus</i> direta e indireta	1842
6. Condições da ação.....	1823	8.9. Recursos	1842
6.1. Legitimidade ativa e passiva.....	1823	8.10. Indenização pelo erro judiciário	1843
6.2. Interesse de agir: coisa julgada	1824	8.11. Coisa julgada.....	1845
6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento).....	1825	CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA	1845
6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclusive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado.....	1825	1. Noções gerais	1845
6.3.1. Vedação da revisão criminal pro societate no ordenamento pátrio e princípio do <i>ne bis in idem</i> processual	1826	2. Conceito e natureza jurídica	1846
6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria.....	1827	3. Objeto da tutela	1846
6.3.3. Extinção da punibilidade	1827	4. Prazo decadencial.....	1847
6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos <i>verdictos</i>	1828	5. Legitimação ativa e passiva	1847
		6. Cabimento.....	1848
		6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal ..	1850
		7. Aspectos procedimentais.....	1852
		7.1. Petição inicial.....	1852
		7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança.....	1852
		7.3. Competência.....	1853
		7.4. Medida liminar	1855
		7.5. Recursos	1855
		BIBLIOGRAFIA.....	1857